

## Entre os enfrentamentos e as *relações pacíficas*. Comandantes de Guardas Nacionais e os indígenas na fronteira sul bonaerense (1852-1879).

Entre los enfrentamientos y el *trato pacífico*.  
Los comandantes de Guardias Nacionales y los indígenas en la frontera sur  
bonaerense (1852-1879).

Leonardo Canciani\*

**Resumo:** Os comandantes de Guardas Nacionais tiveram um papel importante na construção do Estado argentino a partir de meados do século XIX. Isso se deveu, entre outras coisas, à grande capacidade para neutralizar os ataques indígenas, ou pelo menos, reduzir as consequências negativas dos mesmos para o Estado e a população das zonas fronteiriças. Ao mesmo tempo, como resultado, eles foram capazes de criar relações de "amizade" com os caciques, através da entrega de rações e presentes, núcleo do *tratamento pacífico* que o Estado nacional procurava eliminar para, finalmente, executar as políticas ofensivas que terminaram com o "problema indígena".

**Palavras-Chave:** Guardas Nacionais. Fronteira. Comandantes. Indígenas. Século XIX.

**Resumen:** Los comandantes de Guardias Nacionales tuvieron un rol fundamental en la construcción del Estado argentino desde mediados del siglo XIX. Ello fue producto, entre otras causas, de la gran capacidad que tuvieron para neutralizar los malones indígenas – o, al menos, reducir las consecuencias negativas de los mismos para el Estado y la población de los espacios fronterizos –; pero al mismo tiempo, fue a consecuencia de que supieron cultivar relaciones de "amistad" con los caciques, a través de la entrega de raciones y regalos, núcleo del *trato pacífico* que se buscaba eliminar desde el Estado nacional para, finalmente, poner en práctica las políticas ofensivas que terminaron con el "problema indígena".

**Palabras claves:** Guardias Nacionales. Frontera. Comandantes. Indígenas. Siglo XIX.

### 1. Introdução

---

\* Doutorando em História pela UNLP. Membro do projeto "Redes, poder y territorialidad en la historia argentina de los siglos XVIII-XX" dirigido pela Dra. Andrea Reguera no Centro de Estudios Sociales de América Latina (CESAL)/ Nodo UER ISHIR-CONICET/ UNCPBA (Argentina).  
E-mail: leonardo\_canciani@hotmail.com  
Agradeço a assistência prestada pela Prof<sup>a</sup>. Deise Cristina Schell na redação deste trabalho.

Desde a chegada dos espanhóis no Rio da Prata, em 1536, até a ocupação final do território da Pampa-Patagônia e do Chaco Austral pelo Estado argentino, nos últimos anos do século XIX, os contatos com os indígenas variaram entre a luta e as relações pacíficas. Devido à sua riqueza produtiva, e a partir das mudanças econômicas e de infraestrutura que foram ocorrendo desde meados do século XIX na Argentina, o território pampiano foi consolidado como o nó fundamental da expansão econômica. Devido a isso, as terras que até então haviam permanecido sob a ocupação de vários grupos indígenas – como os ranqueles, tehuelches, araucanos e pampas–, tornaram-se objeto de interesse para o Estado e os fazendeiros da região.

Neste contexto, houve um aumento da preocupação do Estado para expandir e consolidar suas fronteiras internas, concretizando-se com a proliferação de políticas públicas e medidas para promovê-las, como se evidenciou com a lei Nº 215, aprovada em 1867. Com essa lei, definiu-se a meta de levar a fronteira sul argentina até os rios Negro e Neuquén através da conquista militar do território da pampa. No entanto, é notável a discrepância entre a lei e a prática. Apesar da pretensão legal de não sustentar o trato pacífico da fronteira, o Estado – que estava imerso na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, estando impossibilitado de efetuar a lei – decidiu manter na prática as relações pacíficas com os índios até que estivesse em condições de fazer progressos na fronteira, embora que, para isso, devesse esperar até meados da década de 1870.

De 1852 até 1879, os comandantes de Guardas Nacionais ocuparam um lugar central nas relações com os indígenas, seja em tempos de conflitos ou de contatos pacíficos. Portanto, neste artigo analisaremos o papel que estes desempenharam na pacificação da fronteira sul de Buenos Aires durante a construção do Estado-nação na Argentina, tomando como ponto de partida a queda do governo de Juan Manuel de Rosas (1852) e chegando à ocupação militar dos territórios ao norte dos rios Negro e Neuquén (1879).

Para este efeito, em primeiro lugar, analisaremos o papel desempenhado pelos comandantes nos combates com os índios na fronteira; em seguida, observaremos os principais mecanismos colocados em jogo para promover as relações pacíficas com eles.

## **2. Comandantes na fronteira de Buenos Aires**

Em meados do século XIX, os comandantes militares passaram a ter um papel muito mais relevante nas relações interétnicas na fronteira argentina, produto de um longo processo de mudança institucional. Segundo Barral e Fradkin (2005), desde o final do século XVIII, os povos eram os pontos que funcionavam como nódulos de intersecção das diferentes redes de poder institucional e, assim, os principais espaços que conformavam a

sociedade rural bonaerense. Os três tipos de estruturas de poder institucional mais importantes – a militar-miliciana, a eclesiástica y a judicial-policial –, conviveram nesse espaço, embora não livre de problemas, sendo a primeira que tinha o papel mais importante dentro das instituições do Estado.

A estrutura eclesiástica de poder, a saber, “a rede articulada de paróquias, vice-paróquias, *capillas* em guardas de fronteira o colégios de missionários” (BARRAL e FRADKIN, 2005: 13) foram os principais instrumentos utilizados pela Igreja para cristianizar a espaço rural bonaerense. No entanto, a partir do impacto da Revolução de Maio de 1810 e, fundamentalmente, das *Reformas Rivadavianas*,<sup>1</sup> embora a Igreja manteve em sua poder alguns mecanismos importantes de controle social, não pôde evitar sua subordinação às instituições civis e militares, como os julgados de paz e, principalmente, as comandâncias militares. As instituições eclesiásticas olharam reduzida sua influência. Seus ministros passaram de ser indivíduos dependentes de Roma a ser funcionários que deviam responder a um Estado centralizado que os subordinava. Entretanto, o papel da estrutura eclesiástica também diminuiu em função da incapacidade que teve para fazer efetiva a evangelização e instrução dos diversos povos indígenas que habitavam a fronteira de Buenos Aires. Embora, muitos deles foram batizados na fé cristã e patrocinados, em alguns casos, por padres que trabalhavam na região, a verdade é que as medidas realizadas pelos membros da Igreja não lograram o efetivo estabelecimento dos “índios hostis” em *reducciones* o fazendas da fronteira e, pior ainda, não foram capazes de acabar com os grandes *malones* que ocorreram freqüentemente desde a queda do governador Juan Manuel de Rosas.

A esta questão, os comandantes militares tornaram-se atores indicados para atender a violência na fronteira com seus guardas nacionais ou negociar a paz com os caciques. Eles eram, em primeiro lugar, chefes militares. No entanto, o termo “comandante” tinha um sentido impreciso, já que designava tanto a classificação de um militar com uma localização precisa na hierarquia dos oficiais quanto todo chefe que exercesse o comando sobre uma unidade, uma expedição ou um território em determinadas ocasiões. Assim, o comando era um papel que poderia ser exercido por um oficial veterano, colocado no comando da milícia, ou um líder de uma milícia respaldado pela autoridade ou por suas tropas (FRADKIN, 2010). Os deveres e atribuições dos comandantes da Guardas Nacionais consistiam em distribuir o pessoal militar que disponham; organizar os batalhões; dirigir os exercícios doutrinários e tiro;

---

<sup>1</sup> As *Reformas Rivadavianas* foram um conjunto de políticas implementadas em Buenos Aires durante a gestão de Martín Rodríguez, planejadas por seu secretário de governo, Bernardino Rivadavia – daí o nome –, entre 1821 e 1824. As reformas foram implementadas no âmbito político, militar, financeiro, econômico, fiscal y eclesiástico. A reforma do clero previa a supressão de quase todas as ordens religiosas, a isenção dos atributos eclesiásticos e a introdução de uma lei que, dois anos más tarde, garantirem a liberdade de cultos. Estas medidas foram destinadas a limitar a Igreja Católica em suas funções específicas. Cf. DI STEFANO (2004).

organizar a mudança de endereço dos guardas nacionais; reger o recrutamento, pagamento e depósitos de recrutas; administrar os fundos destinados para gastos e pagos em sua jurisdição; gerir os vestuários, equipamento e armamentos; inspecionar instalações militares a sua cargo; mediar entre o Estado Maior do Exército e o governo da província respectiva em todos os assuntos relacionados ao recrutamento e mobilização das Guardas Nacionais (CAMPOS, 1895); as que acrescentamos, mediar entre os caciques indígenas e os governos de turno e manter pacificada a fronteira.

Estes líderes militares se especializaram na defesa da fronteira com os indígenas, mas também, participaram dos conflitos políticos y militares que caracterizaram a Argentina na segunda metade do século XIX. Muitos deles construíram, de seu exílio no período rosista, sólidos laços com camaradas que serão personalidades importantes da Argentina anos depois e governaram o país de 1852, como Ignacio Rivas<sup>2</sup> e Benito Machado;<sup>3</sup> outros,

---

<sup>2</sup> Ignacio Rivas nasceu em Paysandu (Uruguai) em 1827 e morreu em abril de 1880, em Buenos Aires. Foi militar argentino – de origem uruguaio – que lutou nas guerras civis argentinas, na Guerra do Paraguai e teve um grande desempenho nas lutas contra os indígenas na fronteira do Buenos Aires.

Começou sua carreira militar como cadete na defesa de Montevideu contra o site iniciado por Manuel Oribe com o apoio de J. M. de Rosas. Tal como muitos opositores deste último caudilho, participou do exército comandado por J. J. de Urquiza que o derrotou em Caseros no início de 1852. A partir desse ano fica em Buenos Aires e será um dos mais fiéis oficiais de Bartolomé Mitre nas lutas políticas argentinas da segunda metade do século XIX. Participou na defesa da fronteira com a Confederação Argentina e da batalha “El Tala”, que terminou com o site da cidade de Buenos Aires, feito por Hilário Lagos. Ao lado de Mitre enfrentou duas vezes a forças confederadas de Urquiza em Cepeda (1859) e Pavón (1861). Tendo vencido no segundo enfrentamento, foi enviado por Mitre a reduzir as rebeliões do Interior do país em Mendoza, San Juan, San Luis e La Rioja, encabeçadas pelos caudilhos federais opositores ao centralismo do Buenos Aires que Mitre representava. Anos mais tarde, em 1874, com Benito Machado, Julio de Vedia, José Miguel Arredondo e outros oficiais mitristas, organizaram um levantamento que colocará a B. Mitre como líder e chefe político e militar, depois de ser este derrotado com “fraude” nas eleições presidenciais desse ano. Ao ser derrotada a rebelião, Ignacio Rivas, perdeu importância no exército e a política argentina.

No entanto, Rivas teve seus momentos de glória na Guerra da Tríplice Aliança contra Paraguai, onde foi promovido a Geral, e nas guerras de fronteira. Em 1855, foi enviado para a Fronteira Sul do (por então) Estado de Buenos Aires, ficando em Azul, onde foi ascendido, por B. Mitre, a Coronel (1858) e nomeado comandante dessa parte da fronteira, a partir do qual participou em diversos enfrentamentos com os indígenas da região, especialmente com os lanceiros de Calfucurá, ao mesmo tempo em que cultivou relações de amizade com muitos caciques, incluindo este “Gran Cacique”, como era chamado (MERCADO LUNA, 1974).

<sup>3</sup> José Benito Machado nasceu em Chascomús (província de Buenos Aires) o 23 de abril de 1823 em uma família de proprietários que tinha fazendas na área de Lobería y Mar Chiquita, e morreu o 9 de julho de 1909 em Tandil. Filho de Don Jacinto Machado e Doña Juliana Lamadrid, viveu uma infância tranquila até 1840, ano que emigrou para Montevideu, a consequência da confiscação de suas terras e a inimizade com o regime rosista. Lá, ele se alistou como soldado e começou sua longa carreira militar, para retornar a Buenos Aires, em 1852, depois de lutar no “Exército Grande” que, comandado pelo J. J. de Urquiza, derrotou a J. M. de Rosas em a batalha de Caseros o 3 de fevereiro de 1852.

Novamente no país, participou dos conflitos políticos y militares que aconteceram no Rio da Prata, de a secessão portenha da Confederação Argentina, desde 11 de setembro de 1852 até finais de dezembro de 1861, quando Bartolomé Mitre assumiu a presidência da República Argentina, agora unificada. Benito Machado também participou dos conflitos políticos e armados de 1874, em favor do lado de B. Mitre, em 1880 do lado de Buenos Aires que buscava evitar a federalização da cidade homônima e assim ignorar a derrota eleitoral anterior de seu governador nas eleições

por sua parte, se vincularam como subordinados a os chefes departamentais e de regimentos de Guardas Nacionais que agiram na província de Buenos Aires, mediados pelos laços de parentesco, clientelismo y camaradagem, como Antonino López de Osornio<sup>4</sup> y Máximo de Elia<sup>5</sup> (CANCIANI, 2011b).<sup>6</sup>

Enquanto que nas províncias de Corrientes e Entre Ríos, a importância dos comandantes de Guardas Nacionais diminuía (BUCHBINDER, 2010; SCHMIT, 2010), na fronteira de Buenos Aires acontecia justamente o contrário. As razões que contribuíram para aumentar o poder dos comandantes foram, primeiramente, a centralidade da guerra, que atribuía aos chefes de milícias grande autoridade e poder de mando; em segundo lugar, ser uma instância privilegiada de enlace e articulação com o poder provincial – questão fundamental para pensar seu poder em longo prazo –; em terceiro lugar, a mudança produzida na territorialidade, já que se passava de uma organização centrada nas paróquias e nos partidos, para uma construída sobre a base de jurisdições conformadas por comandos militares;<sup>7</sup> e, finalmente, o papel muito particular que cumpriam como mediadores e

---

presidenciais, e em 1890, integrando as forças leais ao presidente da Nação, Miguel Juárez Celman, perturbando a revolução encabeçada pelos opositores de seu governo (ROMEO, 1934; CUTOLO, 1975).

No entanto, a maior parte da carreira política y militar, se desenvolveu na fronteira sul de Buenos Aires como comandante de Guardas Nacionais, a que adicionamos a manutenção de suas terras e os interesses de gado. Construiu fortes laços de amizade política com Bartolomé Mitre e outros comandantes do mitrismo, como Ignacio Rivas, Julio de Vedia; organizou tratados de paz com caciques indígenas dessa região da fronteira, o que permitiu reduzir os *malones* e mobilizar lanceiros indígenas em seu favor, formou sólidos vínculos com seus milicianos e com famílias dos setores sociais mais ricos de Tandil (seu lugar de residência) os que garantiram a sua plena presença no âmbito militar y a política local. Cf. YANGILEVICH (2006) e CANCIANI (2011).

<sup>4</sup> Antonino López Osornio foi um militar argentino nascido em Buenos Aires em 1811. Começou seu carreira militar em 1848. Participou de Caseros e, depois, dos sucessivos enfrentamentos com grupos indígenas da fronteira até 1874, quando ele foi dispensado do exército. Durante este período, alistou-se no regimento Nº 11 de Campana na fronteira sul ao mando do Coronel Pedro Rosas y Belgrano; integrou o “Escuadrón Dragones de Frontera”; participou dos combates de Pigüé (1858), ano que ascendeu a tenente coronel graduado. Após a obtenção a baixa do serviço por sua quebrantada saúde, foi reintegrado ao exercito em 1864 como comandante de um esquadrão de cavalaria, sob proposta de Benito Machado, quem suplantou em 1867 na comandância da Frontera Costa Sud de Buenos Aires até 1868. Ao ano seguinte foi nomeado comandante da Frontera Oeste. Obtida sua dispensa do exercito, viveu seus últimos anos em Tandil até 1879, ano que morreu (CUTOLO, 1975).

<sup>5</sup> Máximo de Elia foi um chefe miliciano argentino que serviu na oficialidade das Guardas Nacionais sob o mando de Benito Machado, durante o terceiro quarto do século XIX. Comandou o Regimento Nº 17 de Guardas Nacionais “Sol de Mayo” nos primeiros anos da década de 1860. Foi um oficial e comandante capaz de obter a confiança de Machado.

<sup>6</sup> Para uma análise comparativa do papel desempenhado pelos comandantes de Guardas Nacionais e os mecanismos que utilizaram para construir as bases de poder nas fronteiras de Buenos Aires e Rio Grande do Sul no século XIX, cf. CANCIANI y MUGGE (2011).

<sup>7</sup> Em 1860, o governador de Buenos Aires, Bartolomé Mitre, reorganizou a fronteira em quatro departamentos militares com seus respectivos chefes. A Fronteira Norte se estendia desde o Forte Mercedes até o Forte Ituzaingó, e sob seu comando se encontravam os regimentos N º 2, 3, 4, 5 e 8 de Guardas Nacionais. Este departamento se conformava pelos municípios de San Isidro, San Fernando, Las Conchas, Pilar, Exaltación de la Cruz, Zárate, Baradero, San Pedro, Pergamino, Rojas, Salto, Arrecifes, Fortín de Areco, San Antonio de Areco, Giles e Villa del Luján. A Fronteira Centro abarcava desde o Forte Ituzaingó até Arroyo Las Flores e sua jurisdição era composta pelos

articuladores – em áreas de fronteira – nas relações com os grupos indígenas que, até mesmo, algumas vezes, acabaram se tornando verdadeiras milícias que davam maior grau de autonomia para estes líderes da fronteira (FRADKIN, 2010).

Analisar estes quatro pontos excede o nosso interesse e requer um trabalho que não estamos em condições de fazer; por essa razão, nos concentraremos apenas no último mencionado acima, ou seja, na análise da relação, tanto pacífica como de confronto, ocorrida entre os comandantes de Guardas Nacionais – que às vezes também capitaneavam soldados do exército de linha –, na fronteira sul bonaerense, com os indígenas da região e seus principais caciques.

### **3. Enfrentamentos na fronteira sul**

Os enfrentamentos entre *hispanocriollos* e indígenas em áreas fronteiriças do país têm sido destacados por vários estudos que proliferaram ao longo do século passado. A guerra na fronteira – neste caso, sul – foi caracterizada por ser um enfrentamento constante e contínuo entre os habitantes originários das vastas regiões que agora compõem a Argentina, com os seus contendores espanhóis, primeiro, e crioulos, posteriormente. De acordo com De Marco (2010), certamente não foi uma guerra convencional, mas uma controvérsia duradoura que repercutiu profundamente na existência de várias gerações.

Até inícios do século XVIII, as sociedades indígenas e *hispanocriollas* – apesar de alguns relatos de assaltos e confrontos isolados – coexistiram sem grandes conflitos por causa da amplitude do território que habitavam tanto os “brancos” quanto os índios, da baixa densidade populacional nativa e espanhola, e, finalmente, graças à abundância de gado selvagem para consumo e comércio. No entanto, em meados do XVIII, por causa das Reformas Bourbonicas – que revalorizaram os produtos locais – e do aumento da demanda de gado em Buenos Aires e no interior do Vice-Reino do Rio da Prata, foram gerados contatos mais freqüentes e, a partir daí, aumentou significativamente o número de conflitos e confrontos, bem como os contatos pacíficos. Foi então, que Buenos Aires se constituiu verdadeiramente em uma sociedade de fronteira, intensificando as relações entre nativos e *hispanocriollos* (MANDRINI e ORTELLI, 2006).

---

regimentos Nº 1, 6, 7, 9 e 18 de Guardas Nacionais. Os municípios que estavam envolvidos eram: San José de Flores, Morón, Belgrano, 25 de Mayo, Bragado, Saladillo, Villa de Mercedes, Navarro, Lobos, Monte e Chivilcoy. A Fronteira Sul se estendia de Forte Esperanza à Arroyo Chapaleofú, tendo o comando da organização dos regimientos Nº 10, 12, 13 e 16 de Guardas Nacionais e estando conformada pelos municípios de Cañuelas, La Matanza, Magdalena, Ensenada, San Vicente, Barracas al Sud, Quilmes, Las Flores, Tapalqué e Azul. Finalmente, a Fronteira Costa Sul ocupava a região que se estendia do Arroyo Chapaleofú à costa da província da Buenos Aires e agrupava os regimentos Nº 11, 14, 15 y 17 da Guarda Nacional. Este departamento se conformava pelos municípios Ranchos, Chascomús, Tordillo, Dolores, Pila, Vecerio, Ajó, Tuyú, Mar Chiquita, Tandil e Lobería – com a divisão deste, em 1866, aderiram-se os municípios Necochea e Tres Arroyos.

As décadas de 1740-1750 e os primeiros anos de 1780 foram momentos de grandes conflitos e, como resultado, foram criados os regimentos de *blandengues*, organização militar baseada em um sistema de fortalezas e fortificações, e em unidades militares regulares ou voluntárias para defender a fronteira de ataques indígenas. Finalmente, a partir de meados de 1780, e quase até o final de 1810, as relações foram estabilizadas e a fronteira de Buenos Aires passou por um período de relativa paz (MANDRINI e ORTELLI, 2006).

Esta se manteve relativamente até 1852 – entre outras razões, pelos acordos que o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, havia realizado com alguns chefes importantes da pampa, produtos da repressão posta em prática durante a “Campanha do Deserto” (1833) –, ano em que o conflito entre “brancos” e índios voltou a se acentuar. O Estado de Buenos Aires viu sua fronteira submetida a devastadores ataques de indígenas que seguiram para caciques Calfucurá, Namuncurá, Yanquetruz, Baigorrita, entre outros. Os *malones* – ataques indígenas na fronteira e povoados destinados ao roubo de gado das fazendas – chegaram a uma escala desconhecida e devastaram as ricas terras de Buenos Aires. A linha de fronteira retrocedeu vários quilômetros, milhares de animais foram levados para terras aborígenes para iniciar seu destino comercial no Chile, muitos prisioneiros e cativas foram levados para as *tolderías* e as forças militares bonaerense sofreram duras derrotas, como a de *Sierra Chica* e a matança de *San Antonio de Iraola*. O enfrentamento continuou com particular violência ao longo das décadas de 1860 e 1870, mas não devemos ignorar as várias tentativas realizadas pelo Estado e pelos comandantes da fronteira para reduzir os conflitos, baseados em relações pacíficas com os indígenas, tema que abordaremos na seção seguinte.

Podemos observar este período de conflito quase cotidiano da fronteira bonaerense em diversas fontes. Como juiz de paz e comandante da Lobería, enquanto exercia o mando do regimento Nº 14 da Guarda Nacional, o (então) tenente coronel José Benito Machado teve que sair para atacar os índios de Yanquetruz que, em 8 de setembro de 1855, haviam entrado na fazenda de “San Antonio de Iraola”, localizada a 120 quilômetros de Tandil. Menos de dois meses mais tarde, teve de, novamente, perseguir cerca de 800 índios que haviam invadido os municípios de Lobería e Tandil, levando um grande número de gado e destruindo algumas fazendas e casas. Isto foi relatado por Machado, de seu acampamento de Tamangueyú, ao chefe da fronteira, o Geral Manuel Hornos:

*“Con fecha 7 en el Tandil, me daban parte que invadían el partido de Lobería y Tandil, en número como de dos mil o más indios; marché inmediatamente a buscar la incorporación del capitán Burgos, el que se había retirado ese mismo día, huyendo de los indios [...]. En la persecución que le hicieron [...] le quitaron la caballada. [...] Con fecha 11 se hallaban los indios en la costa de Quelacintá, en número como de 800 [...].*

*llevándose inmensidad de haciendas, particularmente de la Lobería, y no dejando casa ninguna, que no la hayan quemado, entre ellas la mía y mis pocos intereses, que todo me lo han llevado” (ROMEO, 1934: 223).*

No entanto, estes não foram os únicos momentos em que Machado se confrontou com os indígenas. Ocasões como essas se repetiriam em “Cristiano Muerto” e “Sol de Mayo”, em 31 de outubro e 1 de novembro de 1857, respectivamente, nas áreas atuais de Tres Arroyos; em “Pigué”, a 17 de janeiro 1858, onde perseguirá a Namuncurá até Salinas Grandes; em “Carmen del Quequén” e “La Carlota”, recuperando cerca de 30.000 cabeças de gado para o índios de Juan Calfucurá, Mariano Rosas e Manuel Grande; e no “Arroyo de Las Mostazas” em 1868, entre outros episódios que lhe rendeu o apelido de “*el Toro*”.

Por causa dos infortúnios constantes, o “alarme” ante novas invasões se acendia em várias ocasiões. Em 30 de abril de 1859, Benito Machado informou o prefeito Juan Elguera sobre um possível ataque indígena na fronteira, dizendo que o “*Sr. Comandante en Gefe de la Frontera Sur, C<sup>nel</sup>. D<sup>n</sup>. Ignacio Rivas [...] dice haber avistado en esta frontera un número de indios, y hay probabilidades de que estos corran la línea [de frontera] por haber sido sentidos en aquellos puntos*”.<sup>8</sup>

Estas declarações são repetidas insistentemente nas fontes.<sup>9</sup> Em 8 de junho de 1864, Máximo de Elía, comandante do Regimento Nº 17 de Guardas Nacionais “Sol de Mayo”, ordenou que Ernesto Romero, Juiz de Paz de Tandil, chamasse toda a Guarda Nacional ativa de seu partido já que,

*“ha sido informado por el Señor Coronel D<sup>n</sup>. Benito Machado [...] que los indios enemigos se preparan para invadir nuestra frontera con fuerzas de concideración, que [...] se hace necesario tomar medidas preventivas en defensa de los intereses de esta frontera prestando todo el apoyo posible a la fuerza Nacional que la asegura a las órdenes del Señor Coronel Machado”*.<sup>10</sup>

As ameaças de ataques serão sentidas por muito mais tempo na fronteira sul. No entanto, a derrota do Calfucurá, na batalha de San Carlos de Bolívar (1872), significou um duro golpe para a Confederação de indígenas que comandava e que, posteriormente à sua morte, foi se desarticulando progressivamente. Isso preparará o caminho para o Ministro da Guerra y Marina da Nação, Adolfo Alsina, iniciar a implementação da política ofensiva de ocupação que, em 1879, aplicará com perfeição seu sucessor, Julio A. Roca, ocupando

<sup>8</sup> Arquivo Histórico da Municipalidade de Tandil; Juzgado de Paz [de agora AHMT-JP]; caixa 11, ficheiro de 1859, doc. Nº 477, 30/04/1859.

<sup>9</sup> AHMT-JP; caixa 8, ficheiro de 1857, doc. 83, 11/04/1857; caixa 12, ficheiro de 1859, doc. 1275, 29/10/1859; caixa 13, ficheiro de 1861, doc. 172, 21/04/1861; caixa 14, ficheiro de 1861, doc. 451, 05/11/1861; ficheiro de 1863, doc. 28, 13/01/1863; caixa 15, ficheiro de 1863, doc. 143, 03/04/1863; caixa 16, ficheiro de 1864, doc. 173, 15/08/1864; doc. 112, 15/06/1864.

<sup>10</sup> AHMT-JP; caixa 16, ficheiro de 1864, doc. 105, 8/06/1864.



militarmente os rios Negro e Neuquén, e tudo o havia sido deixado para trás, que até então havia permanecido nas mãos dos ranqueles, tehuelches, araucanos e pampas, conforme as diferentes regiões.

As sucessivas campanhas militares continuaram até 1885 e irão resultar na integração efetiva de toda a Patagônia ao Estado-nação argentino e, assim, serão concluídos mais de três séculos e meio de conflito entre “brancos” e “índios”. No entanto, durante todos esses anos os contatos pacíficos entre os dois grupos existiram e foram os traços principais que caracterizaram as sociedades da fronteira sul de Buenos Aires. Isso será discutido na próxima seção, enfocando o período que se abre com a queda do governo de Juan Manuel de Rosas, em 1852.

#### **4. As relações pacíficas com os indígenas**

Desde a ruptura que propuseram os trabalhos que consideravam a fronteira como um vasto espaço social em que foram desenvolvidos processos históricos específicos, no qual os relacionamentos múltiplos e complexos entre as sociedades indígenas e crioulas eram centrais (MANDRINI, 1992 e 1997), até as novas contribuições da antropologia cultural (BECHIS, 2005; LUCAIOLI e NACUZZI, 2010), vieram à tona uma série de estudos que contribuíram para ampliar as informações sobre as sociedades de fronteira e para complexificar aquele olhar reducionista desde o qual se postulava que *hispanocriollos* e indígenas viviam em constante hostilidade.

No entanto, o período que se estende desde Caseros até a efetiva ocupação militar dos territórios pampianos e patagônicos por parte do Estado argentino havia sido deixado de lado por esses estudos, talvez pelo desenlace final de 1879, levando os historiadores a pensar na existência de uma linha de continuidade da política agressiva do Estado, no que diz respeito aos grupos indígenas, de 1852 até 1879. No entanto, nos últimos anos têm sido publicados novos trabalhos que discutem essa idéia e observam a permanência do “negócio pacífico dos índios” nas políticas estatais até o momento em que o Estado foi capaz de realizar a ocupação definitiva, ou seja, quando a debilidade econômica e militar dos indígenas se tornou evidente (NAVARRO FLORIA, 2004 e RATTO, 2010).

De acordo com Silvia Ratto (1994 e 2007), o “negócio pacífico dos índios” era a política que, embora vinha sendo colocada em prática desde o período colonial tardio, foi executada por Rosas para manter pacificada a fronteira bonaerense. Ela consistia na diferenciação entre “índios amigos”, “índios aliados” e “índios hostis”, e na entrega de dinheiro, gado e rações para os primeiros – estabelecidas dentro da “linha” de fronteira –, em troca do seu comprometimento com uma série de favores ao Estado, dentro dos quais se destacava o serviço de armas de seus lanceiros e caciques. Por sua parte, enquanto se

firmariam pactos de não agressão com os “índios aliados” – estabelecidos fora da “linha” de fronteira –, se perseguiria implacavelmente os “índios hostis”, que eram confrontados com o governo.

No entanto, isso nem sempre foi levado em conta na História. A sistemática tentativa de apagar da memória histórica coletiva as relações pacíficas que se implementaram com vários grupos indígenas, foi levada a cabo com o fim de justificar a ofensiva militar dos anos 1879-1885. Neste sentido, Navarro Flórida afirma que foi a sobreposição do futuro sobre o passado, mais do que a experiência real, o que prescrevia a necessidade da guerra, e até a morte dos índios. É neste silêncio e reescrita da memória que devemos procurar as raízes de um relato canônico que até hoje nos oculta até quando e até onde permaneceram vigentes, no discurso político e institucional, as alternativas pacifistas em relação à fronteira (NAVARRO FLÓRIDA, 2004: 525).

Contudo, e além disso, como afirmam os autores anteriormente mencionados, as relações pacíficas com os índios existiram e se mantiveram até finais do século XIX. Há vários indícios nas fontes que o confirmam. Em 7 de setembro de 1855, o jornal portenho *La Crónica* publicou o orçamento do Estado de Buenos Aires para manter os “índios amigos” de Cantón Bragado, 25 de Mayo, Junín, Azul e Bahía Blanca. De acordo com o jornal, do total de 543.520 pesos que o Estado devia gastar em salários para os caciques, líderes da guerra, *caciquillos*, tenentes, sargentos, cabos e soldados de “índios amigos”, se destinariam 115.560 pesos para Cantón Bragado, 147.840 pesos para Fuerte 25 de Mayo, 123.840 pesos para Fuerte Junín, 91.440 pesos para Bahía Blanca, enquanto ao Fuerte de Azul se destinariam 64.840 pesos anuais. Por sua vez, é preciso acrescentar os 347.750 pesos que foram orçados em forma de rações de tabaco e rancho, erva e presunto para estes “índios amigos”. No total, segundo *La Crónica*, o Estado de Buenos Aires orçava em despesas, para o exercício de 1856, a soma não negligenciável de 891.280 pesos para manter sua fronteira com os índios pacificada.<sup>11</sup>

No entanto, enquanto o Estado destinava recursos substanciais para manter a fronteira pacificada, eram os comandantes militares que tinham um papel fundamental no *trato pacífico*.<sup>12</sup> Há vários exemplos para confirmar isso. Em 27 de agosto 1859, o

---

<sup>11</sup> *La Crónica*, 7 de setembro de 1855.

<sup>12</sup> Os principais funcionários do Estado argentino reconheciam a importância dos comandantes militares nesta política para torná-la efetiva. O 30 de novembro de 1863 sancionou-se uma lei fixando a entrega de rações para os “índios amigos”, em onde foi reconhecida o papel fundamental que tenham os comandantes no tratamento pacífico. A partir da mesma, o presidente da república, Bartolomé Mitre, ordenava que “*las tribus de indios amigos sean atendidas de la manera más conveniente en la provisión de raciones que se le suministrar*”, criando para isso uma comissão integrada pelos cidadãos José Gregorio Lezama, Jorge Atucha, Candido Galván e o Comisario General de Guerra y Marina, “*para que se encarguen de entregar las raciones con intervención de los Comandantes Generales y Gefes respectivos de la Frontera, debiendo emplearse la suma de*

“Comandante en Gefe de la Frontera del Sud”, Ignacio Rivas, se dirigia al “Prefecto del 6º Depto. de Campaña Don Juan Elguera” dizendo que “habiendo [...] recibido una nota del Ministerio de la Grra. [...] por la que se le previene se dirija a los prefectos de los 5º, 6º y 7º Departamentos de la Campaña siempre qº. necesite yeguas para racionar a los Yndios Amigos de las tribus Catriel, Cachul y Millacurá” pedindo “mil trescientas yeguas para todo el mes entrante [setembro] [...] las que deberán ser entregadas infaliblemente el día 10 del mismo...”.<sup>13</sup>

Por sua parte, de Tres Arroyos, em 8 de setembro de 1866, o novo comandante da Frontera Costa Sur, Antonino Lopez Osornio, se dirigia ao Juiz de Paz de Tandil, Carlos Diaz, “con el honor de recomendar [...] al Cacique Guanchiguir que pasa hasta ese pueblo á vender sus tejidos, sal y demás con veinte y tantos indios”, ao mesmo tempo que lhe que informava que enviava “un oficial en su compañía para que en su ida y regreso no haya desorden”. López de Osornio concluiu sua carta suplicando ao Juiz de Paz que fizesse “lo posible porque este Cacique salga agradecido con sus bondades”.<sup>14</sup> Recém-nomeado comandante dessa parte da fronteira, López de Osornio procurou por todos os meios manter a amizade do chefe para não criar problemas no território que comandava.

Este tipo de política com os índios também foi cultivada pelo coronel Don Benito Machado, quem o precedeu no cargo de comandante da Frontera Costa Sur. Isto pode ser observado na correspondência com Calfucurá<sup>15</sup> durante o início da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Em 25 de fevereiro de 1865, Calfucurá se dirigia nestes termos para o coronel Benito Machado:

*“Querido hermano y amigo: [...] tengo mucho gusto en mandar a usted a mi hermano, el capitán Quinchiguir, para que acredite usted que [...] viviremos en paz y buena amistad, así es que hoy mando a usted mi chasque para que así vivan y tengan por entendido como yo no he de faltar a mi palabra que tengo dada al señor Presidente Mitre...”* (ROMEO, 1934: 70).

---

*doscientos setenta mil pesos, por trimestre*”. REGISTRO oficial de la República Argentina, T.V. Buenos Aires: Imprenta Especial de Obras de “La República”, 1884, p. 113.

<sup>13</sup> AHMT-JP; caixa 12, ficheiro de 1859, doc. 951, 27/08/1859.

<sup>14</sup> AHMT-JP; caixa 18, ficheiro de 1866, doc. 213, 8/09/1866.

<sup>15</sup> Juan Calfucurá foi um cacique araucano que, desde a década de 1830, ficou em Salinas Grandes. Lá, anos mais tarde, formou uma poderosa confederação de índios, conhecida como *Gran Confederación de las Salinas Grandes*, que se estenderá até sua morte (4 de junho de 1873). Enfrentou em várias vezes as forças argentinas, e por vezes até superá-las, ao mesmo tempo em que estabeleceu vínculos de “amizade” com Juan M. de Rosas, Justo J. de Urquiza, Bartolomé Mitre e diferentes comandantes da fronteira a través de pactos dos quais obtinha grandes benefícios que permitiram-lhe manter a seus caciques aliados y, assim, aumentar seu poder na região. Também chegou a exercer o cargo de Geral da Nação Argentina. Seu último enfrentamento com os crioulos aconteceu em *San Carlos* (11 de março de 1872), quando foi derrotado pelos soldados y guardas nacionais comandados pelo Geral Ignacio Rivas, fato a partir do qual a *Gran Confederación* começará o desmembramento. Cf. PASSETTI (2008) e DE MARCO (2010).

Por sua vez, na mesma carta, Calfucurá acudia à bondade de Machado para pedir 100 éguas para Quinchiguir, 25 mais para cada um dos quatro líderes de guerra que o acompanhavam, e 15 para os soldados que vinham com eles. Implorava-lhe permissão para poder comerciar sal, tecidos, penas e outros produtos, ao mesmo tempo que solicitava “[t]enga la bondad de regalarles ponchos, chiripas, ropa, botas, bebida, yerba, azúcar, tabaco, mantas, un rollo de tabaco y pan” para robustecer a paz (ROMEO, 1934: 71). Para este fim, em 24 de janeiro de 1866, do acampamento em Tapalqué, Machado respondeu ao seu “Amigo General”, Juan Calfucurá:

*“Amigo [...], es preciso que haga cuanto pueda por hacer para que se conserve la paz y los tratados mandando usted una comisión por Bahía Blanca a Buenos Aires, o por este punto para que se vean con el gobierno y lo disculpe a usted del robo pasado [...].*

*Ya ve amigo que le aviso que lo quieren maluquiar y como no tengo mal corazón se lo participo para que esté prevenido...” (BARROS, 1957 [1872]: 178-179).*

Estes laços estabelecidos com Calfucurá para manter pacificada a fronteira, não foram os únicos cultivados por Machado. Práticas similares sustentou com Calefukién, cacique amigo das *tolderías* perto de Azul, quem lhe havia dado uma casa que tinha construído especialmente para ele como prova de sua amizade (LARSEN DE RAVAL, 1989: 376). O vínculo estabelecido entre o coronel e o cacique era tão forte que, quando este veio a Tandil em 1870 acompanhado por uma delegação para comerciar com as populações crioulas, reservou um tempo para visitar seu “compadre” Machado. Juan Fugl, imigrante dinamarquês muito reconhecido naqueles tempos, aguardando a visita do cacique que havia conhecido anos antes em suas *tolderías*, relatou indignado em suas memórias:

*“Le indiqué [a Calefukién] el camino para llegar al molino en donde vivía, y me prometió que enseguida de haber saludado a su compadre, lo haría. Me fui enseguida a mi casa y avisé a mi familia, pero ¡no vinieron! Seguramente Machado debió impedirlo, por motivo de desconfianza política.*

*Su amistad con los indios había sido muy sospechosa para el gobierno y no podía permitir que yo me enterara de ello” (LARSEN DE RAVAL, 1989: 377).*

Finalmente, como outros estudos têm indicado (NAVARRO FLORIA, 2004: RATTO, 2010), as relações pacíficas com os povos indígenas foi fundamental para manter a fronteira sul de Buenos Aires protegida dos *malones* durante a construção do Estado-nação argentino. Embora o sucesso tenha sido relativo, esta política foi implementada pelos comandantes de fronteira até que o Estado decidiu definitivamente executar a sua política ofensiva de ocupação dos territórios pampianos e patagônicos, que ainda permaneciam sob controle indígena. Enquanto os governos deveriam reservar alguns recursos para manter

relações pacíficas, eram de fato os comandantes militares que desempenharam um papel fundamental nisso. Foram eles que permitiram o comércio entre os povoados da campanha e os caciques, os que articulavam a entrega de rações, éguas e “vícios”, procurando, ao mesmo tempo, assegurar a paz através de contatos pessoais com os grandes caciques da região.

## **5. Reflexões finais**

Neste trabalho, procuramos abordar o papel que desempenharam, na fronteira sul de Buenos Aires, os comandantes da Guarda Nacional durante a construção do Estado-nação argentino, a partir da análise de suas ligações e relações com os caciques indígenas da *pampa*.

Afirmamos que os comandantes militares se tornaram atores importantes na formação do Estado-nação, à medida que foram aumentando seu poder e influência, como resultado, entre outras coisas, do papel que desempenharam no controle da fronteira. Quanto a este ponto, observa-se, primeiro, que a fim de deter os ataques sucessivos que ocorreram nos povoados e fazendas da fronteira sul, os comandantes mantiveram uma boa comunicação entre si e que, quando as ameaças de *malones* se materializavam, agrupavam seus guardas nacionais, soldados e “índios amigos” e perseguiram os índios hostis tentando recuperar o gado roubado por eles e, quando foram capazes de fazê-lo, capturar os próprios indígenas para matá-los em suas *tolderías*.

No entanto, em segundo lugar, os enfrentamentos não impediram que as relações pacíficas fossem praticadas de forma a manter ordenada a fronteira. Embora fossem os diferentes governos nacionais e provinciais os que destinavam parte do seu orçamento para pagar salários aos caciques e “índios amigos” da fronteira, foram os comandantes que mantiveram vivo o sistema de relações pacíficas. Eles tinham o papel de intermediários entre os governos locais – juízes de paz e prefeitos – e os caciques, permitindo-lhes comerciar em povoados fronteiriços, reunindo as éguas e “vícios” que exigiam, enquanto se reduziam as possibilidades de ataques em um contexto de guerra internacional, como foi a de 1865-1870, onde a fronteira foi deixada quase desprotegida.

Enfim, os comandantes de Guardas Nacionais – que algumas vezes também mandavam soldados da linha – ocuparam um papel central nas fronteiras durante a formação e consolidação do Estado-nação na Argentina. Seja partir de sua competência guerreira, como de sua capacidade para persuadir aos caciques que não atacassem a fronteira, esses atores se converteram em uma peça fundamental da estrutura do poder provincial, do qual nenhum governo se atreveria prescindir.

### Referências bibliográficas

BARRAL, María E. e FRADKIN, Raúl. Los pueblos y la construcción de la estructura de poder institucional en la campaña bonaerense (1785-1836). **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**. Buenos Aires: UBA, Nº 27, 2005.

BARROS, Álvaro. **Fronteras y territorios federales en las pampas del Sur**. Buenos Aires: Talleres “El Gráfico”, 1957.

BECHIS, Martha. Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo (comps.). **Caudillos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 2005.

BUCHBINDER, Pablo. Departamentos, municipios y luchas políticas en Corrientes a mediados del siglo XIX. In: BRAGONI, Beatriz e MÍGUEZ, Eduardo (orgs.). **Un nuevo orden político. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

CAMPOS, Manuel F. **Guía del Guardia Nacional**. Buenos Aires: Imprenta Latina, 1895.

CANCIANI, Leonardo. El coronel Don José Benito Machado. Un comandante de Guardias Nacionales en la frontera sur bonaerense (1852-1880). In: **CD de IV Jornadas de la División de Historia, I Taller de Historia Regional**. Luján: UNLu, 31 de agosto de 2011.

\_\_\_\_\_. Las Guardias Nacionales y sus comandantes. La frontera sur bonaerense durante la formación del Estado Nación en Argentina (1852-1880). In: **Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional, Vol. II**. Passo Fundo: UPF, 28-30 de setembro de 2011. Disponible en <http://www.upf.br/historiaregional/images/stories/anais-do-cihr-volume-2-2011.pdf>

\_\_\_\_\_. e MUGGE, Miquéias H. As Guardas Nacionais e seus comandantes. Um ensaio comparativo: as províncias de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul (século XIX). In: MUGGE, Miquéias H. e COMISSOLI, Adriano (orgs.). **Homens e Armas. Recrutamento militar no Brasil. Século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

CÚTOLO, Vicente O. **Nuevo Diccionario Biográfico Argentino (1750-1930)**. T. IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1975.

DE MARCO, Miguel Á. **Guerra de la Frontera**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2010.

DI STEFANO, Roberto. **El púlpito y la plaza. Clero, sociedad y política de la monarquía católica a la república rosista**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

FRADKIN, Raúl. Notas para una historia larga: comandantes militares y gobierno local en tiempos guerra. In: BRAGONI, Beatriz e MÍGUEZ, Eduardo (coords.). **Un nuevo orden político. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

LARSEN DE RABAL, Alice. **Memorias de Juan Fugl. Vida de un pionero durante 30 años en Tandil-Argentina, 1844-1875**. Argentina: edición de la autora, 1989.

MANDRINI, Raúl J. Indios y fronteras en el área pampeana (siglos XVI-XIX). Balance y perspectivas. **Anuario IEHS**. Tandil: UNCPBA, Nº 7, 1992.

\_\_\_\_\_. Las fronteras y la sociedad indígena en el ámbito pampeano. **Anuario IEHS**. Tandil: UNCPBA, Nº 12, 1997.

\_\_\_\_\_. e ORTELLI, Sara. Las fronteras del sur. In: MANDRINI, Raúl. **Vivir entre dos mundos. Conflicto y convivencia en las fronteras del sur de la Argentina. Siglos XVIII y XIX**. Buenos Aires: Taurus, 2006.

MERCADO LUNA, Ricardo. **Los coroneles de Mitre**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1974.

NAVARRO FLORIA, Pedro. Continuidad y fin del trato pacífico con los indígenas de la Pampa y la Patagonia en el discurso político estatal argentina (1853-1879). **Anuario IEHS**. Tandil: UNCPBA, Nº 19, 2004.

RATTO, Silvia. Indios amigos e indios aliados. El origen del “negocio pacífico de los indios” en la provincia de Buenos Aires. **Cuadernos del Instituto de Historia Argentina “Dr. Emilio Ravignani”**. Buenos Aires: UBA, Nº 5, 1994.

\_\_\_\_\_. **Indios y cristianos. Entre la guerra y la paz**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

\_\_\_\_\_. La ocupación militar de la Pampa y la Patagonia de Rosas a Roca (1829-1878). In: MORENO, Oscar (coord.). **La construcción de la Nación Argentina. El rol de las Fuerzas Armadas**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010.

PASSETTI, Gabriel. A Confederação de Salinas Grandes e a participação política indígena na Argentina (1852-1872). **Historia Revista**. Goiania, Vol. 13, Nº 2, 2008.

**Registro oficial de la República Argentina**, T.V. Buenos Aires: Imprenta Especial de Obras de “La República”, 1884.

ROMEO, Salvador. **Machado en el Sur**. Tres Arroyos: Artes Gráficas Fernando Miralles, 1934.

SCHMIT, Ricardo. El poder político entrerriano en la encrucijada, 1861-1870. In: BRAGONI, Beatriz e MÍGUEZ, Eduardo (orgs.). **Un nuevo orden político. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

YANGILEVICH, Melina. Construir poder en la frontera. José Benito Machado. In: MANDRINI, Raúl. **Vivir entre dos mundos. Conflicto y convivencia en las fronteras del sur de la Argentina. Siglos XVIII y XIX**. Buenos Aires: Taurus, 2006.

Recebido em *setembro* de 2011  
Aprovado em *novembro* de 2011